

A SELETIVIDADE PENAL BRASILEIRA A PARTIR DA ANÁLISE DA MINISSÉRIE OLHOS QUE CONDENAM

Victória Fantinel¹

Luiza Rosso Mota²

Juciani Severo Côrrea³

¹ Bacharel em Direito. Graduação em Direito (AMF).

Email: vic.fantinel@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1294-432X>

Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/0154603005795218>

² Advogada Criminal e Ambiental - OAB/RS 90.533. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com ênfase em Teorias da Decisão, Interpretação e Justiça, e pesquisa na área processual penal. Docente do Curso de Direito da Antonio Meneghetti Faculdade (AMF). Docente do Curso de Direito da Faculdade Palotina (FAPAS). Foi professora substituta do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, nas disciplinas de direito penal, processo penal e estágio prático penal. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com ênfase em Direitos Emergentes da Sociedade Global. Especialista em Direito Público com ênfase em Gestão Pública. Foi Assessora de Juiz de Direito. Foi integrante do Grupo de Pesquisa Matriz do Processo Penal Brasileiro, coordenado pelo Professor Dr. Geraldo Prado. Foi Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Estudos em Sistema Penal e Criminologia da Universidade Federal de Santa Maria (PESC). É integrante da Comissão de Educação Jurídica da Seccional Rio Grande do Sul, da Comissão da Advocacia Criminal e da Comissão Especial de Direito Ambiental, da Subseção Santa Maria/RS. Tem experiência na área de direito penal, direito processual penal, criminologia, direito ambiental e sustentabilidade.

Email: luiza_mota@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9041-7314>

Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/6652478222518839>

³ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2004), graduação em Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Maria (2008), graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2018), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2008) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2019). Cursando MBA - AMF Identidade Empresarial. Atualmente é professora titular da Faculdade Antônio Meneghetti, Professora Pesquisadora - UAB - Capes - Universidade Aberta do Brasil - UFSM - Professora titular da Faculdade

Resumo: A violação de garantias fundamentais expõe o grande problema que o sistema criminal brasileiro vem produzindo. Através da ação de agências de criminalização, em especial a secundária, ocorre uma seleção de indivíduos considerados “inimigos da sociedade”. Esses indivíduos são alvos do racismo institucionalizado nos principais órgãos do Estado, de modo que a seleção ocorre por fatores como raça e classe. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a realidade exposta na minissérie e verificar se ela se aproxima do contexto brasileiro de seletividade penal, e, em caso positivo, contribuir para o aumento dos índices de criminalidade. Para essa análise, adota-se o método de abordagem indutivo, além do método de pesquisa monográfico e comparativo. O tema desenvolve-se, inicialmente, através de um panorama e uma breve análise da minissérie, após, discorre-se sobre o sistema criminal brasileiro e a instância de criminalização secundária e por fim, realiza-se a comparação da minissérie com a realidade do sistema penal brasileiro. Constata-se que a seletividade apresentada na minissérie, aproxima-se do contexto brasileiro, além do fato, de contribuir para o aumento dos índices de criminalidade.

Palavras-Chave: Classe. Raça. Seletividade Penal.

BRAZILIAN CRIMINAL SELECTIVITY FROM THE ANALYSIS OF THE MINISTERIES OLD THAT CONDEMN

Abstract: The violation of fundamental guarantees exposes the great problem that the Brazilian criminal system has been producing. Through the action of criminalization agencies, especially the sec-

Palotina e Avaliadora do Ministério da Educação - MEC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Grupos de Pesquisa: Tensões do cotidiano; Direitos humanos e sociedade, atuando principalmente na área de formação de professores; currículo, didática, educação e diversidade cultural, raça e etnia; ciência política, sociologia jurídica.

Email: jucianicorrea@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5520-5746>

Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/3195993004447828>

ondary one, there is a selection of individuals considered as “enemies of society”. These individuals are targets of institutionalized racism in the main sectors of the State, in a way that this selection occurs through factors such as race and social class. Thus, this article aims to present reflections on the reality exposed by the miniseries *When They See Us* (2019-Netflix) and to verify if it relates to the Brazilian context of criminal selectivity, and, if so, if it contributes to an increase in crime rates. The inductive approach method is adopted for this analysis, in addition to the monographic and comparative research method. The theme is developed, initially, through an overview and a brief analysis of the miniseries; followed by the discussion of the Brazilian criminal system and the instance of secondary criminalization and, finally, the miniseries is compared with the reality of the Brazilian criminal justice system. It appears that the selectivity presented in the miniseries relates to the Brazilian context, in addition to the fact that it contributes to an increase in crime rates.

Keywords: Social Class. Race. Penal selectivity.

Introdução

A seletividade do sistema de justiça criminal brasileiro está cada vez mais evidente, assemelhando-se a seletividade não velada e fortemente enraizada na cultura racista dos Estados Unidos da América. A minissérie da Netflix *Olhos que condenam* expõe essa dura realidade, a qual, lamentavelmente, faz parte da rotina de muitos brasileiros, predominantemente, os alvos são moradores de bairros periféricos, que constantemente sofrem com o racismo institucionalizado em todas as esferas do sistema de justiça criminal, na ação ou omissão de cada agente da agência secundária de criminalização.

O artigo tem como intuito a seletividade penal brasileira, partindo da análise da minissérie acima referida, baseada em fatos, que aborda a história de cinco adolescentes norte-americanos acusados

e condenados injustamente pelo estupro de uma mulher no Central Park, no ano de 1989, em Nova Iorque.

Observa-se que o Sistema de Justiça Criminal se encontra em colapso, em decorrência da violação de garantias fundamentais e da escolha de indivíduos tidos como inimigos da sociedade, na seara de responsabilização criminal. Partindo deste cenário, pretende-se refletir sobre a realidade exposta na minissérie *Olhos que condenam* e verificar se aquela realidade se aproxima do contexto brasileiro de seletividade penal, através das instâncias de criminalização secundária e, se esta seletividade brasileira contribui para o aumento dos índices de criminalidade.

A análise parte do método indutivo, iniciando com uma reflexão específica da minissérie “*Olhos que condenam*”, para avaliar os reflexos daquela realidade no contexto brasileiro de seletividade penal, visando atingir dados mais amplos. Os métodos de procedimento eleitos para a sistematização dos dados são o monográfico e o comparativo.

Em virtude destes fatos e da atual situação do Sistema de Justiça Criminal, no Brasil, torna-se cada vez mais necessário discutir a seletividade penal e buscar meios para acabar ou minimizar as discriminações presentes em toda a sociedade. Compreender as bases do ensejo de toda a discriminação é imprescindível para resultar mudanças e manter esperança de um Sistema de Justiça Criminal mais justo.

1 Panorama da minissérie “olhos que condenam”

A minissérie “*Olhos que condenam*”, com nome original “*When they see us*”⁴ exibida na Netflix, relata a história, baseada em

⁴ Tradução livre: “Quando eles nos veem”.

fatos reais, de cinco adolescentes norte-americanos acusados e condenados injustamente pelo estupro de uma mulher no Central Park, em 1989. A autora Ava Duvernay, preocupou-se em dar voz às cinco vítimas do sistema criminal, para que contassem a sua história, Antron McCray, Kevin Richardson, Raymond Santana, Yusef Salaam e Korey Wise auxiliaram a diretora e os atores responsáveis pela interpretação de cada um.

A minissérie tem 04 episódios com aproximadamente 1h e 20 min de duração cada. O primeiro episódio expõe o que aconteceu na noite do crime e o período em que os jovens ficaram na delegacia. Na fatídica noite, um grupo de jovens negros e latinos se reúnem no Central Park, após denúncias de um “grupo suspeito”, a polícia chega no local e prende alguns deles. Os jovens apreendidos seriam liberados no dia seguinte, mas na madrugada, após esse episódio, é encontrado o corpo de uma mulher desacordada, brutalmente espancada e estuprada (DUVERNAY, 2019, ep. 01).

O primeiro episódio tem como centro o período que os jovens ficaram na delegacia, os depoimentos que foram obrigados a prestar, mesmo sem a presença dos pais, sob coação, sofrendo ameaças, agressões físicas e psicológicas. Neste contexto, é que a promotora conseguiu construir a narrativa que pretendia, através dos depoimentos previamente induzidos pelos investigadores, violando leis e garantias fundamentais e desconsiderando o fato de que inexistiam provas e indícios que corroborassem com a sua teoria (DUVERNAY, 2019, ep. 01).

Neste caso emblemático, é evidente a influência de questões como raça e classe, o estereótipo do “inimigo” da sociedade contribuiu para a seleção desses cinco jovens, que atendiam ao “perfil” de

criminosos, negros, latinos, moradores do Harlem, bairro conhecido pela violência e pertencentes a famílias carentes, sem recursos suficientes para lutar contra um sistema que estava extremamente disposto, a qualquer custo, de conseguir condenação para os acusados.

No ano de 2016, um relatório da organização Sentencing Project reconheceu a disparidade racial e étnica nas prisões estadunidenses, afirmando que o encarceramento da população negra era cinco vezes maior que da população branca, chegando a ser dez vezes maior em alguns estados (NELNIS, 2016).

No decorrer do segundo episódio ocorre a primeira audiência de Antron, Yussef e Raymond, e depois Korey e Kevin, eles são separados por estratégia da acusação e é evidente a intenção das promotoras em uma rápida condenação. Além da confissão dos adolescentes, obtida sobre circunstâncias questionáveis, não existe nenhuma prova que corrobore com a acusação da promotoria, a vítima sobreviveu, mas não lembra do crime e não existe nenhuma testemunha ocular. No entanto, ao fim do episódio tem-se o veredito e os cinco jovens são declarados culpados de todas as acusações (DUVERNAY, 2019, ep. 02).

Neste sentido, alinha-se o pensamento de Davis sobre pessoas negras e pobres terem mais chances em serem condenadas, “[...] O encarceramento está associado à racialização daqueles que têm mais probabilidade de ser punidos. Está associado à sua classe e, como vimos, a seu gênero, que também estrutura o sistema penal [...]” (2020, p. 121).

Por fim, a atuação da agência de criminalização secundária se completa no judiciário com a condenação desses jovens, mesmo com as lacunas demonstradas por seus advogados, o juiz opta por

finalizar o trabalho iniciado desde a seleção dos jovens pela polícia, seguido pela atuação das promotoras e o ciclo desta agência criminalizadora é concluído no judiciário.

O penúltimo episódio retrata a saída dos 04 jovens, Antron, Raymond, Yussef e Kevin e o retorno deles à sociedade. Os percalços que cada um enfrentou após anos presos, as dificuldades em arrumar emprego, questões familiares, os preconceitos decorrentes da repercussão midiática do crime e as enormes dificuldades em serem reinseridos na sociedade (DUVERNAY, 2019, ep. 03).

No último episódio, é contada a história de Korey Wise, dentre todas é a mais chocante e cruel, merecendo atenção especial e um episódio inteiro para expor todo o sofrimento deste jovem. Enquanto os outros 04 são condenados a penas a serem cumpridas em um centro juvenil, Korey por ter 16 anos de idade é condenado a já iniciar a pena em uma prisão adulta (DUVERNAY, 2019, ep. 04).

Os jovens passaram de 06 a 14 anos cumprindo pena em prisões em Nova Iorque, Korey permaneceu por mais tempo e Antron foi o primeiro jovem a sair. Após a confissão de Matias Reys, abriu-se uma nova investigação e no ano de 2002 eles foram inocentados. Em 2014, o Estado de Nova Iorque foi condenado a pagar uma indenização de 41 milhões para os cinco.

A seletividade do sistema criminal é demonstrada desde o início da minissérie, a seleção dos jovens foi nitidamente motivada pelo viés raça e classe e por uma visão totalmente estereotipada de indivíduos mais propensos à prática de crimes. Desta forma, utilizando a imagem de jovens já estereotipados por toda sociedade, as promotoras não teriam tanto trabalho em justificar a suspeita, do modo que se no lugar deles, estivessem jovens

brancos, a mídia e a sociedade não teriam aceitado tão facilmente suas culpabilidades.

O racismo e a violência ainda seguem presentes na atuação dos agentes do Estado e nota-se que, infelizmente, pouco mudou após o caso narrado acima. Uma vez que, existe um racismo institucionalizado em cada órgão do sistema de justiça criminal, que acaba criando margem para casos como o dos jovens do Central Park, e casos recentes, como a morte de homens negros em abordagens policiais, George Floyd (2020), Eric Garner (2014), Rayshar Brooks (2020) e tantas outras vítimas deste sistema dominado pelo racismo.

2 O sistema de justiça criminal brasileiro e as instâncias de criminalização secundária

O sistema criminal brasileiro é composto por três órgãos principais, o sistema de segurança pública, o sistema de justiça criminal e o de execução penal. O sistema de segurança pública atua pela ação dos policiais, o de justiça criminal atua pelo trabalho do Poder Judiciário conduzido pelos juízes responsáveis e o de execução penal refere-se ao sistema penitenciário. O sistema deve atuar sob a égide do princípio da isonomia, conforme expresso no caput do art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

No Brasil, opera um sistema de justiça criminal seletivo, ao contrário do que prevê a Constituição, não existe um sistema igualitário, que trate as pessoas da mesma forma, mas sim, um sistema voltado a criminalização de pessoas previamente escolhidas, seja pela influência do estereótipo, raça ou classe. Essas três caracterís-

ticas são as principais determinantes para a criminalização de certos indivíduos, os quais convivem com um rótulo de criminosos ou suscetíveis ao crime.

A seletividade desse sistema ocorre através de agências de criminalização, a primária ocorre em abstrato pelos políticos, na criação das leis e suas punições, e, a instância de criminalização secundária é exercida por policiais, promotores, juizes e agentes penitenciários “[...] é a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas [...]” (ZAFFARONI; BATISTA; ALAGIA, 2003, p.43).

A agência de criminalização secundária é o que acentua essa seletividade, através dos seus órgãos de controle social, como, por exemplo, os policiais, que influenciados pelo estereótipo de criminoso, concentram-se em priorizar as suas investigações nesses indivíduos, já considerados marginalizados. Reproduzindo assim, essa cadeia de criminalização seletiva e consentindo com o encarceramento em massa desta população estereotipada.

Nesse sentido, Zaffaroni e Pierangeli referem sobre o papel da criminalização secundária, no sentido de que “[...] tenha mais importância seletiva a função da atividade policial que a do legislador penal [...]” (2011, p.79). O sistema judicial reforça toda essa seletividade oriunda dos estereótipos criados pela sociedade e pelos meios de comunicação, de modo que é quem conclui esse sistema criminal seletivo, utilizando-se da sua função para condenar as pessoas dos grupos sociais estereotipados e assim “fazer a (in)justiça” que a sociedade tanto espera.

A seletividade do sistema penal inicia na esfera de criminalização primária, partindo para a secundária, que começa com a atuação policial, na escolha dos indivíduos que serão abordados, os

quais serão o centro das investigações, normalmente os escolhidos são aqueles que retratam o estereótipo de bandido.

A fim de justificar o encarceramento em massa dessa população, referem-se que as pessoas negras que vivem em bairros periféricos estão mais suscetíveis à prática de crimes, pelo contexto onde vivem e por isso se encontram em maior número no sistema carcerário. No entanto, deve se fazer uma análise pontual de todo cenário, uma vez que, é nas favelas e em bairros pobres, que a polícia faz uma vigília constante, logo, é evidente que presenciaram um maior número de ilegalidades nesses bairros. Assim, salienta-se que não é que existam mais crimes nas periferias, o que acontece é que existe uma “segurança” totalmente direcionada.

Neste sentido, desenvolve-se o pensamento de Wacquant (2007, p. 59):

Se os bairros pobres forem saturados com policiais, sem que haja uma melhoria efetiva nas oportunidades de emprego e nas condições de vida nessas áreas, e se forem multiplicadas as parcerias entre o sistema de justiça criminal e os outros serviços do Estado, o que estará sendo assegurado é o aumento de detecção de condutas ilícitas e a ampliação do volume de detenções e condenações judiciais.

O autor reforça sobre a vigília intensa nos bairros pobres e ressalta a falta de melhorias nestes lugares, no Brasil, nas periferias faltam condições básicas, como saneamento, água potável, energia elétrica, acesso à educação e a saúde, sem considerar o estigma social criado sobre essa população, o que dificulta obter empregos dignos e junto a situação precária, de extrema miséria que vive essa população, têm-se um Estado repressivo que monta guarda nas entradas das favelas, espreitando qualquer movimento que possa ser censurado.

Wacquant (2007, p. 14) refere sobre o direcionamento da vigilância policial para os habitantes do gueto, isso ocorre, devido a ideia do estereótipo de criminoso e da intenção de controle social do Estado sobre essa população:

A fim de satisfazer à crescente demanda estatal por punição ampliada; direcionamento da vigilância policial e da repressão judiciária para os habitantes do gueto negro, [...], agora definitivamente rechaçados para as margens infamantes da sociedade; enfim, a difusão de uma cultura racializada da difamação pública do criminoso, avalizada pelas mais altas autoridades do país.

Neste cenário, é fundamental dissertar sobre o racismo estrutural e institucional, pois esse se faz presente em todo cenário social, inclusive, no âmbito criminal, que se apresenta através de um sistema penal seletivo. Superar o racismo do sistema penal brasileiro é uma medida necessária e urgente, para, de fato, existir na prática e não só na teoria, o Estado Democrático de Direito, respeitando os direitos e garantias fundamentais, para que assim seja possível aproximar-se o direito da igualdade, prevista na Constituição Federal.

2.1 A seletividade penal sob a perspectiva racista e classista e a influência dos meios de comunicação

A Constituição Federal, no caput do seu art. 5º, expressa que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, no entanto, não é o que ocorre na prática, pois fatores como raça e classe ainda são pretextos para perpetuação do racismo e da discriminação, principalmente no sistema penal (BRASIL, 1988). Esse racismo no sistema penal corrobora com o estereótipo de “criminoso” que foi

construído ao longo dos anos pela sociedade e vendido pelas mídias, além de afrontar os princípios e garantias fundamentais, gerando assim um sistema penal seletivo.

A criminalização seletiva decorre da atuação de agências criminalizadoras, como visto no item anterior, principalmente, pela ação da agência secundária de criminalização. A seleção iniciada pelos agentes de segurança pública é motivada pelo racismo e pela discriminação social, pois, aparentemente, a pobreza e a cor da pele estabelecem quem é criminoso e quem deve ser o foco das abordagens policiais e das investigações.

A utilização destes estereótipos evidencia o ódio social e o racismo estrutural que estão presentes na sociedade, no Estado e em todos os seus órgãos. A sociedade, neste caso, em especial a elite, visa, com a reprodução desses estereótipos, o próprio privilégio, através da disseminação da ideia de que as pessoas negras e pertencentes às classes populares são propensas a prática de crimes. A elite se manifesta, principalmente, através dos meios de comunicação, por intermédio da mídia, difundem a ideia do inimigo da sociedade e reforçam o estereótipo de criminoso, transmitindo uma imagem totalmente distorcida sobre o sistema criminal.

Assim, ressalta-se a influência do capitalismo na criação do estigma “inimigo da sociedade”, que considera a população pobre como irrelevante no sistema capitalista, uma vez que esta não possui poder aquisitivo para seguir os ditames de uma sociedade consumista e também não auxilia nos meios de produção, os dois principais pontos desse sistema (SAUL; GUIMARÃES, 2018, p. 68).

Dessa forma, a camada pobre torna-se indesejável para a operação do capitalismo, e com isso, “[...] a ideologia opressora da

camada social dominante legitima os rigorosos programas de segurança pública promovidos pelo Estado, que se utiliza do sistema penal para controlar, reprimir e extinguir os denominados inimigos públicos [...]”, e assim, executa-se o regime de criminalização da pobreza (SAUL; GUIMARÃES, 2018, p. 68).

A seletividade do sistema penal está ligada as desigualdades sociais e econômicas. “[...] Dessa forma, o processo de criminalização dirige-se às relações sociais de desigualdade do capitalismo [...]”. Tem-se um sistema penal totalmente voltado a criminalizar uma determinada parcela da população, aquela que não atende aos critérios das relações capitalistas e com isso visa-se privilegiar os detentores do capital, a famosa elite (TANCREDO; PEDRINHA; SOUZA, 2018, p. 160).

É impossível falar sobre a seletividade do sistema de justiça criminal, sem discorrer sobre a construção social dos estereótipos, responsáveis por reinventar o conceito existente acerca da definição de criminoso, delinquente e marginal. Essa nova definição expõe as ideias racistas presentes na sociedade, as quais são estabelecidas e compartilhadas pelo senso comum, criando-se o “perfil” do “delinquente”, sem qualquer análise ou fundamentação específica, baseando-se em uma ideia genérica sobre o assunto e a um pré-julgamento, por vezes, orientado por preconceitos.

Para Davis (2018, p. 44), os estereótipos revelam o modo como a sociedade e a mídia retratam a população negra, como potencialmente perigosa e criminosa, ignoram a individualidade de cada um, apenas os analisando a partir de um conceito genérico e criado. Salienta, ainda, que os estereótipos “[...] operam desde a época de escravidão [...]” e persistem até os dias atuais, “[...] todas as pessoas

negras já estiveram sujeitas à relação ideológica entre negritude e criminalização [...] (DAVIS, 2018, p. 44).

A mídia tem um papel importante na construção desses estigmas e sua relação com o sistema penal representa um enorme perigo ao Estado Democrático de Direito, ao ponto de que todo o poder de influência que esta exerce sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o sistema penal é com o intuito de representar e defender os interesses das próprias empresas e seus empresários, que por vezes defendem um pensamento de cunho racista e excludente.

Silvio Almeida (2019, p. 65) afirma que a questão do racismo faz parte do imaginário social e é constantemente reforçado pelos meios de comunicação, de modo despretensioso ou não, “[...] após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que [...] a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas [...]”.

A seletividade do sistema penal atua de forma excludente apoiando-se em um viés completamente racista e classista. Esse sistema opera sob domínio dos estigmas sociais e dos estereótipos, reproduzindo e perpetuando as discriminações utilizadas para justificar o regime de escravidão. Há aproximadamente 132 anos, negros eram escravizados por serem considerados inferiores pela cor da pele. Atualmente, negros são vítimas do encarceramento em massa, de um sistema criminal seletivo e da violência estatal, sob as máscaras do racismo estrutural. As elites, aparentemente, consideradas superiores por suas condições econômicas, são blindadas do sistema criminal, ao mesmo passo que justificam a seletividade do sistema e o encarceramento com as ideias estereotipadas sobre raça e classe.

O sistema criminal seletivo é uma afronta ao princípio da isonomia e corrobora com a forma discriminatória que a sociedade foi estruturada. Essa seletividade está presente no sistema criminal brasileiro e em outros países, consoante será trabalhado no item a seguir.

3 Olhos que condenam no Brasil: semelhanças do sistema penal seletivo exibido na minissérie

Na minissérie é possível visualizar todos os problemas que um sistema criminal seletivo gera. Os jovens enfrentaram a pior face do sistema, foram vítimas do racismo institucionalizado.

O sistema de (in) justiça criminal americano destruiu a vida de cinco jovens e suas famílias, devido ao racismo institucionalizado no sistema e nos seus operadores jurídicos, ocorrendo o “maior erro jurídico da história dos Estados Unidos”, a condenação de cinco jovens e o cumprimento de 06 a 14 anos de pena por um crime que não haviam cometido.

Assim como na minissérie, no Brasil, os jovens negros são vítimas dessa seleção criminalizante, principais alvos das abordagens policiais, são suspeitos mesmo sem contexto, apenas por representarem a figura do criminoso, construída pelo imaginário social, difundida pelos meios de comunicação e fortemente enraizada em toda sociedade. Essa figura é representada pelo jovem negro, pobre e morador das periferias, do mesmo modo como apresentado na minissérie desde o início.

O racismo está muito presente nas operações policiais e justifica os abusos e o emprego de uma violência degenerada, a busca por um culpado é facilmente mascarada para buscar-se alguém que se

pareça com um culpado, ou seja, que tenha as características dos estereótipos de bandido, escancarando que o objetivo principal é uma criminalização seletiva, a criminalização da pobreza.

O Anuário de Segurança Pública de 2020 revela que 79,1% das vítimas de intervenções policiais são negras, e 74,3% são jovens de até 29 anos (2020, p. 12), assim como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, as principais características das vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais são, os homens, que representam 99,3%, em relação à característica racial, os negros representam 75,4% dos mortos pela polícia, enquanto que a população branca representa 24,4%, com relação a idade, os jovens são as maiores vítimas entre 15 e 29 anos representam 77,9% das vítimas da letalidade policial no Brasil (ANUÁRIO, 2019, p. 57).

Salo de Carvalho (2015, p. 648) ressalta a questão da violência institucional da polícia como sendo resquício da época da Ditadura Militar e da escravidão, refere, ainda, sobre a função desempenhada através dos demais agentes da agência de criminalização secundária:

A Polícia, historicamente cúmplice das políticas escravagistas, durante o período da Ditadura Civil-Militar densificou as funções de seletividade racial, ampliando a violência institucional refletida nas práticas de extermínio da juventude negra. Em paralelo as demais agências do sistema punitivo (Ministério Público e Poder Judiciário) efetivam a seletividade operada pelas polícias e colocam em marcha processos de criminalização e de encarceramento fundados em uma lógica nitidamente racista.

Todo esse contexto de violência exercida pelos agentes do Estado, é visto como herança histórica dos tempos de escravidão e de mais de duas décadas do regime de Ditadura Militar no Brasil. A

violência herança desses tempos sombrios permanecem até os dias atuais, aliado ao estereótipo do criminoso, acabam sendo os principais responsáveis por essa violência excessiva, que normalmente é justificada pelo contexto social dos jovens, que são negros, moradores de bairros pobres, características consideradas de bandido, fruto do imaginário social, do racismo estrutural e da seletividade penal.

Em 2013 aconteceram manifestações nas ruas de diversas cidades do Brasil por reivindicações como a redução das tarifas do transporte público, melhorias na educação e reforma política. Nestas manifestações, um caso isolado chamou a atenção e ganhou repercussão por todo país, Rafael Braga, jovem de 24 anos, negro, pobre, em condição de rua, reincidente por tentativa de furto, foi abordado por policiais próximo à rua onde acontecia as manifestações na cidade do Rio de Janeiro e preso, pois portava uma garrafa de pinho sol e outra de água sanitária em suas mãos, identificados como material explosivo para produção de “Coktel Molotov”.

Rafael Braga era morador da favela, durante a semana vagava pela cidade do Rio de Janeiro catando latinha para auxiliar nas despesas familiares, não estava participando das manifestações e sequer sabia as razões para aquelas pessoas estarem nas ruas. Ele foi condenado à 04 anos e 05 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado e 10 dias-multa, em uma decisão nitidamente racista, que causou espanto, indignação e manifestações populares no Rio de Janeiro.

A abordagem de Rafael e posterior condenação, ocorreu pelo fato de representar o estereótipo de criminoso, negro, pobre, em condição de rua, reincidente. As características se encaixam no perfil dos alvos da seletividade do sistema criminal, pois, foi conde-

nado mesmo após um laudo pericial concluir que, “[...] o material apreendido apresentava “mínima aptidão” e “ínfima possibilidade de funcionar como “Coquetel Molotov” [...]” (SAUL; GUIMARÃES, 2018, p. 74).

A seletividade no caso da prisão e posterior condenação de Rafael Braga se assemelha com a seletividade ocorrida no caso representado pela minissérie Olhos que condenam. Os dois casos, ocorreram por fatores de raça e classe social, com a seleção iniciada na atuação da polícia fortemente influenciada pelos estigmas sociais, além do racismo institucional, e finalizada no judiciário, mesmo que inexistissem provas que justificassem as condenações nos dois casos.

Toda a seletividade que ocorre diariamente no sistema penal brasileiro, em casos como o de Rafael, é a razão para os presídios brasileiros estarem lotados de indivíduos com as mesmas características, negros e pertencentes da mesma classe social, fortalecendo a imagem contraditória de que a criminalidade é praticada apenas pela população pobre e negra.

O número de pessoas negras presas é totalmente desproporcional e representa justamente a criminalização seletiva. Segundo dados do Anuário de Segurança Pública, em 2019, 66,7% dos presos são negros enquanto 32,3% são brancos (2020, p.13). Essa realidade demonstra o racismo institucionalizado dos órgãos de segurança pública e a desigualdade racial nos presídios.

A seleção pelo sistema criminal contribui para o aumento no número de presos no Brasil. Em 30 anos, o número aumentou cerca de 900%, subindo de 90 mil em 1990 para 800 mil em 2019 (PORTAL CORREIO, 2020). Esse aumento, se deve, em parte, pelas novas políticas punitivas adotadas, como exemplo cita-se a lei de

drogas, considerada uma nova estratégia racista de controle social, além da lei anticrime.

Com isso, constata-se que o racismo institucional gera políticas punitivas racistas, criadas para justificar toda a perseguição que existe no Brasil contra a população negra e de classes sociais inferiores. Isso, consequentemente, favorece o aumento dos índices de criminalidade e a superlotação carcerária. Segundo o DEPEN, relativo ao mês de junho de 2019, o número de presos soma 758.676 (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A influência dos estigmas sociais no sistema de justiça criminal, que exerce um papel fundamental na sociedade, cria um desarranjo em todo sistema. Um sistema que deveria operar em harmonia com o princípio da isonomia através de um tratamento igualitário para todos, mas que, lamentavelmente, age de forma discriminatória e excludente, legitimando-se como sistema seletivo de homogeneização da sociedade.

Conclusão

Diante do exposto, é possível observar que a realidade exposta na minissérie assemelha-se ao que ocorre no Brasil. O sistema criminal também opera de forma seletiva e através de suas agências de criminalização perpetua as ideias discriminatórias, que existem desde os tempos da escravidão. Percebe-se que a forma como o sistema criminal é manipulado pelos estereótipos, pelo racismo institucional e estrutural, estes estão enraizados nas estruturas do sistema e em seus agentes.

A perseguição do sistema é contra a população mais vulnerável, alvo de toda violência exercida pelo Estado, o qual é influencia-

do pelas ideias elitizadas do “inimigo da sociedade” e utiliza do seu poder punitivo como um meio de controle social através da criminalização da pobreza. Dessa forma, a elite mantém os seus privilégios com o auxílio do Estado, que busca centrar a vigília dos seus órgãos repressivos nessa população.

A seletividade do sistema penal brasileiro, a vigília intensa em bairros periféricos e a perseguição contra o inimigo social, estão acarretando o aumento dos índices de criminalidade, contribuindo com a superlotação dos presídios que, atualmente, estão lotados de indivíduos negros e pobres.

Para existir um direito mais igualitário, distante dos estigmas sociais criados pelo senso comum, o primeiro passo é reconhecer a existência do racismo institucionalizado no Brasil, em especial no sistema criminal, porque mesmo que seja visível, a existência do racismo, ainda é veemente negada.

Ao mesmo passo que as ações afirmativas são fundamentais para desfazer essa imagem estigmatizada de fatores como raça e classe determinarem quem é criminoso ou não, ações como cotas em universidades e empresas, bolsas, dentre outras políticas públicas, auxiliam na desconstrução desse estereótipo e oportunizam que essa população consiga efetivar os seus direitos.

Dessa forma, demonstra-se a importância e o quão necessário é o debate sobre a seletividade do sistema penal, com o intuito de demonstrar os problemas gerados com essa discriminação, buscando respeitar as garantias fundamentais e assegurar um direito mais igualitário a todos.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Brasil tem mais de 773 mil encarcerados, maioria no regime fechado. Luciano Nascimento. **Agência Brasil**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/brasil-tem-mais-de-773-mil-encarcerados-maioria-no-regime-fechado>. Acesso em: 17 out. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 13, 2019. P. 54- 60. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 14, 2020. P. 12-13. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

CARVALHO, Salo de. **O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do Poder Judiciário**. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 67, pp. 623 – 652, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1721/1636>. Acesso em: 30 maio 2020.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

NELLIS, Ashley. **A Cor da Justiça: Disparidade Racial e Étnica nas Prisões Estaduais.** Washington, 2016. Disponível em: <https://www.sentencingproject.org/publications/color-of-justice-racial-and-ethnic-disparity-in-state-prisons/#V.%20Recommendations%20for%20Reform>. Acesso em: 20 set. 2020.

OLHOS que condenam. Direção: Ava Duvernay. Produção: Amy J. Kaufman, Ava DuVernay, Christiana Hooks, Jane Rosenthal, Jeff Skoll, Jonathan King e Oprah Winfrey. Original Netflix. Estados Unidos: Produtoras Harpo Studios; TriBeCa Productions; Array; Participant Media, 2019. 296 min, son., color. Minissérie exibida pela Netflix. Acesso em: 19 set. 2020.

PORTAL CORREIO. Número de presos no Brasil aumenta 900% em 30 anos, diz pesquisa. **Portal Correio.** 2020. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/aumento-numero-de-presos-brasil/>. Acesso em: 13 out. 2020.

SAUL, Diego Palhares; GUIMARÃES, Sergio Chastinet Duarte. Seletividade penal, caso Rafael Braga e a condenação fundamentada exclusivamente no testemunho policial. In. Dornelles, João Ricardo W.; Pedrinha, Roberta Duboc; Sobrinho, Sergio Francisco C. Graziano (Orgs). **Seletividade do Sistema Penal: O caso Rafael Braga.** Rio de Janeiro: Revan, 2018. p. 65-92.

TANCREDO, João; PEDRINHA, Roberta Duboc; SOARES, Taíguara Líbano. Seletividade no sistema de (in)justiça criminal: o (des)caso Rafael Braga. In. Dornelles, João Ricardo W.; Pedrinha, Roberta Duboc; Sobrinho, Sergio Francisco C. Graziano (Orgs). **Seletividade do Sistema Penal: O caso Rafael Braga.** Rio de Janeiro: Revan, 2018. p. 141-182.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: A nova gestão de miséria nos Estados Unidos.** [A onda punivita]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro; BATISTA, Nilo. **Direito penal brasileiro.** 2ª ed. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**, volume 1: Parte Geral. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.